

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.085 - SP (2019/0301330-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MIRIAN VIDAL DA SILVA
ADVOGADO : MIRIAN VIDAL DA SILVA - SP406496
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FILIPE OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

FILIPE OLIVEIRA DA SILVA alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2189477-47.2019.8.26.0000.

Da análise dos autos, observo que a inicial do *writ* não veio acompanhada de **cópia da decisão que converteu a prisão em flagrante do réu em custódia preventiva**, o que inviabiliza o exame do constrangimento ilegal suscitado na impetração – revogação da medida imposta por ausência de motivação idônea.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído –, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga a peça faltante, o pedido seja reconsiderado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**